

O Brasil depois que foi ao Fundo

A TÉ há uma semana atrás discutia-se no país a hipótese da moratória como uma das possíveis soluções para o problema da dívida externa brasileira. Defendida ardorosamente por eminentes economistas vinculados aos partidos da Oposição, a moratória da dívida externa chegou a figurar na peça programática do PMDB, que a apontava como a única saída para o impasse cambial que desde meados do ano corrente aflige a Nação.

A este tipo de proposição respondeu, sempre, o Governo, com uma vigorosa defesa da solução negociada com os credores externos. A demora na conclusão das negociações e o acúmulo de atrasados comerciais que atingiram cerca de 3 bilhões de dólares nos meados do ano deram força à pregação oposicionista. O debate não chegou a níveis insuportáveis de radicalização, embora a pressão das alas de esquerda aumentasse o desconforto dos setores oposicionistas moderados, como por exemplo o grupo que obedece à liderança do Governador Tancredo Neves, o qual sempre repeliu a idéia da moratória, dando suporte à solução negociada.

Desde o mês de maio de 1983 os responsáveis pela execução da política econômica federal, o Ministro Delfim Netto à frente, conviveram com um clima de antevéspera do apocalipse financeiro. A partir do primeiro rompimento das metas acertadas em fevereiro com o FMI no que se refere a contenção da inflação e do déficit público, os Bancos privados estrangeiros desobrigaram-se de compromissos assumidos no sentido de dar suporte às necessidades de crédito brasileiras. O Governo se viu obrigado a centralizar as operações de câmbio no Banco Central, de modo a poder administrar rigidamente as parcas divisas, garantindo as importações de petróleo e de algumas poucas matérias-primas estratégicas.

A centralização do câmbio — se de um lado evitou o desastre na frente externa — exasperou o grau de dificuldades com que já se defrontava o objetivo de reduzir a inflação. O prolongamento da seca nordestina, que se repetiu pelo quinto ano consecutivo arrasando plantações e dizimando rebanhos, superposto ao fenômeno climático no Sul no auge da comercialização da colheita de grãos, completava o quadro de dificuldades na já sensível área de controle dos preços.

A debacle pareceu inevitável, lá pelos meados de agosto/setembro, engrossando o coro dos apologistas da moratória. Os preços agrícolas dispararam nas vésperas do plantio da nova safra; as restrições às importações pressionavam fortemente os preços industriais; a incerteza, quanto ao resultado das negociações externas, introduziu o componente psicológico suficiente para fazer com que a inflação rompesse todas as barreiras, deixando para trás o desconfortável índice de 100% de 1982, para aproximar-se perigosamente da insuportável marca dos 200% anuais.

Na antevéspera do plantio da nova safra a ser colhida no próximo verão, adotou o Governo uma decisão que poderá justificar grande parte do êxito ou do fracasso de toda a sua política econômica em 1984: a decisão de não constringer os preços dos produtos agrícolas, deixando-os livres para uma verdadeira corrida contra o tempo e contra a crescente impaciência dos consumidores. Se a estratégia de liberação dos preços agrícolas conduzir efetivamente a uma colheita farta no verão de 84, terão as autoridades econômicas avançado um passo gigantesco na superação do desafio principal na frente interna: a inflação.

Se perderem a corrida, terão que se haver com nova e insuportável pressão inflacionária, exasperando a um só tempo a impaciência dos consumidores domésticos e a intranquilidade dos credores externos.

Na frente externa, com um pouco menos de ousadia, mas certamente com doses maiores de resignação e paciência, conduziram-se as negociações simultaneamente em três cenários principais: Washington, Nova Iorque e Paris, com curtas temporadas em teatros não menos importantes, na City de Londres, Zurique, Tóquio, Chicago, Ryiad e Frankfurt.

Em Washington, sede do mal-amado FMI, foram concluídas na semana passada as mais longas negociações relativas ao comportamento da economia brasileira de que se tem notícia em nossa História.

História rica em alternância de períodos de grande euforia desenvolvimentista por períodos sofridos de acerto de contas.

O acerto das contas desta vez com o Fundo Monetário Internacional só foi obtido após vários meses de exasperantes discussões (pelo menos para o público que as acompanhava de longe), incessantes viagens entre Brasília e Washington, trocas de informes e conserto de números, diante do que confundiu-se a opinião pública, martirizada de um lado pela aparente impotência do Governo e, de outro, pela não menos aparente simplicidade da terapêutica recomen-

dada por porta-vozes da Oposição: a moratória unilateral.

"Pacientes negociações", repetia o principal negociador do lado brasileiro, Delfim Netto.

Verdadeira "queda-de-braço", definia um importante membro da equipe negociadora.

Seja qual for a expressão correta, nos finados de novembro realiza-se em Washington a rodada decisiva de negociações: o acordo, afinal, consubstanciando um conjunto de medidas que já fazem parte do repertório clássico dos acertos de contas entre credores e devedores: o país deve usar o repertório de instrumentos de política econômica conducentes à redução dramática das despesas do Governo; à expansão das exportações; à eliminação do déficit público e, sendo possível, à realização de um superávit orçamentário igual ao do PIB; à manutenção de saldo na Balança Comercial, que em 1984 deve atingir 9 bilhões de dólares; à redução das taxas de inflação a pelo menos à metade da taxa anual verificada em 1983.

Pelas reações moderadas partidas da Oposição, poder-se-ia concluir que os termos do acordo com o FMI foram menos

caíram as trancas que vedavam os cofres dos banqueiros internacionais e abriram-se as portas do fechadíssimo Clube de Paris, dono da chave-mestra que controla os créditos dos Bancos Centrais dos países ricos.

O acerto com os bancos privados

Simultaneamente ao anúncio do acordo com o FMI, voltam à cena aberta os Bancos privados. Desde maio deste ano eles se recusavam a dar suporte aos compromissos de "rolagem" da dívida externa brasileira, aguardando o acerto de contas com o Fundo Monetário. Suportaram estoicamente o acúmulo de atrasados comerciais, apenas demonstrando um grau crescente de impaciência diante da demora nas negociações e, principalmente, com a aproximação da data fatal de fechamento dos balanços anuais.

Engoliram em seco o susto causado pela demissão de Carlos Langoni do Banco Central na fase mais intranquila do mercado, mas aparentemente se identificaram satisfatoriamente com o estilo um tanto "bulldozer" do novo titular Afonso Celso Pastore. As negociações ganharam um ritmo veloz a partir de outubro, até por que o tempo

na: créditos de importação do Eximbank no valor de 1 bilhão e meio de dólares, aos quais deverão somar-se outros créditos semelhantes de mais 1 bilhão de dólares dos Bancos de Comércio Exterior dos países industrializados.

Adicionando-se a estas parcelas os valores dos financiamentos de projetos brasileiros por parte do Banco Mundial (1 bilhão e 200 milhões de dólares) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (400 milhões de dólares a serem liberados no decorrer de 1984, o horizonte da economia brasileira começou a aparecer menos conturbado.

Com o mesmo suporte do Comitê Assessor presidido por Rhodes, negociam-se os detalhes finais, junto aos Bancos credores, da amortização de aproximadamente 5 bilhões de dólares com vencimentos ao longo do ano. E, finalmente, o restabelecimento das linhas de créditos comerciais junto a bancos brasileiros no exterior, significando depósitos da ordem de 6 bilhões de dólares.

Ao fazer o rol dos números, após seis meses de "pacientes" e provavelmente desgastantes negociações, Delfim Netto pode dar mais um adeus a Nova Iorque, provisório com certeza, mas também um adeus

sensíveis aos esforços de saneamento feitos pelo Governo do Brasil e notaram com satisfação a adoção de um programa econômico e financeiro que teve o apoio do FMI".

Para Ernane Galvêas, a conclusão de todas essas negociações significa que "o Brasil não terá necessidade de recorrer ao mercado financeiro internacional até o final do ano que vem e, à medida que começarem os desembolsos previstos o país poderá liquidar os atrasados comerciais".

Data estabelecida para a completa liquidação dos atrasados: 31 de dezembro do corrente.

As expectativas após os acordos

Concluídos os acordos para renegociação da dívida vencida e das parcelas a vencer em 1984 é universalmente aceito que haverá, no curto prazo, um desafogo na área cambial. Poderá ser suspensa a centralização das operações cambiais no Banco Central. As operações de crédito com o exterior e as transações de comércio no mercado internacional paulatinamente voltarão à normalidade.

Já foi anunciado que as importações do setor privado em 1984 poderão ter um crescimento de 15%, em relação ao ano que termina. As importações do setor estatal ficarão no mesmo nível do ano corrente ou serão objeto de redução, em alguns casos.

Os níveis das taxas de juros internas não deverão ceder. Menos pela necessidade de manterem paridade com as taxas de juros externas, mas em função principalmente do compromisso de limitação do crescimento da oferta da moeda em 50%, após a expansão consentida de 90% em 1983.

De um lado, a maior liberalização das importações pelo setor privado tende a contribuir para o arrefecimento das altas de preços no produto final; de outro lado, a sustentação dos níveis de taxas de juros internas será um fator de resistência para a queda da inflação.

A comercialização da próxima safra agrícola de verão — se não for perturbada por adversidades climáticas — funcionará a favor da estabilização dos preços. Na medida em que se confirmou o crescimento da área plantada, existe a expectativa de uma certa abundância, o que deve funcionar de maneira inversa ao que ocorreu este ano com os preços dos alimentos.

O Ministro Delfim Netto tem dito que em 1984 haverá um certo espaço para a retomada do crescimento da economia. Não de imediato, certamente, mas aparentemente figuram nos cálculos do governo uma ação de estímulo ao reaquecimento da economia no segundo semestre de 84. Não parece haver dúvida de que esta ação estará condicionada a uma sensível queda das taxas de inflação no primeiro semestre. Se a inflação ceder, terá sido criado o espaço de que se fala para a retomada do crescimento.

Caso contrário, também não há dúvida na expectativa dos analistas econômicos de que a economia terá que continuar em recessão.

Accepta a hipótese otimista, de que a inflação ceda finalmente — e ela terá que ceder, mais cedo ou mais tarde — e que a economia retome um certo ímpeto de crescimento após 84, resta ainda responder a uma questão crucial: o que fazer com o principal da dívida externa brasileira, como realizar a negociação ampla que conduza ao restabelecimento de um perfil de pagamentos administrável?

Este novo perfil de amortização da enorme dívida externa brasileira terá que ser construído degraú por degraú — os especialistas respondem. A partir da negociação que ora se conclui, na qual os credores concordam em receber o pagamento das parcelas vencíveis em 1984 no prazo de nove anos, com cinco de carência, todo o trabalho de renegociação deverá basear-se nos mesmos parâmetros. Assim é que as parcelas de empréstimos vencíveis em 1985 seriam negociadas com carência até 1990 (período em que se pagariam apenas os juros), amortizando-se o principal nos quatro anos seguintes. Em seqüência, este seria o procedimento para os anos seguintes até o restabelecimento de um perfil de pagamentos compatível com taxas mínimas de crescimento da economia.

Delfim Netto chama a atenção para um fato novo, a partir (e em decorrência) das dificuldades para a obtenção de novos créditos desde novembro do ano passado: o volume da dívida, em termos globais, vem caindo. As taxas de juros também. O déficit em contas correntes foi reduzido de 11 bilhões de dólares em 1982 para 7 bilhões e 700 milhões em 83; o compromisso é reduzi-lo para menos de 6 bilhões em 1984, quando já deveremos ter saldo no balanço de pagamentos. Simultaneamente terão que ser mantidos os superávits na Balança Comercial, para ir sustentando a paulatina redução dos montantes do endividamento, ano a ano. Em resumo, *manter alto o faturamento da firma, recorrer menos ao crédito de terceiros e enxugar os gastos em moeda forte*. Retornar ao equilíbrio e sustentar um crescimento moderado, mas firme.

Uma síntese otimista

NUMA avaliação preparada a pedido do Caderno Especial, o economista José Augusto Arantes Savasini, presidente do IPEA, órgão da SEPLAN, dissertou sobre as perspectivas econômicas para o próximo ano, já de posse dos dados que informaram o conjunto de negociações concluídas com o FMI e o Clube de Paris e em fase final de conclusão com o sistema financeiro internacional privado.

Da mesma forma que outros economistas dos quadros governamentais, Savasini coloca no centro de suas considerações o comportamento do setor agrícola, como fator estratégico na luta pela redução da inflação e das próprias expectativas de uma futura retomada do crescimento. Ele chama a atenção, também, para o preço que toda a sociedade está pagando para que prossiga o esforço de mudança estrutural do setor da Energia, origem — segundo ele — de toda a complicação recente em que se viu envolvida a economia brasileira. A solução do problema da energia, a perseguição do objetivo de independência energética, traz em si o germe da solução de todo o problema externo que vem asfixiando o crescimento brasileiro nos últimos anos.

"A causa do baixo crescimento da economia brasileira, durante esses dois últimos anos, foi o estrangulamento do setor externo, representado, primeiramente, pelos dois aumentos brutais do petróleo; da crise do petróleo em si, e depois pela crise financeira internacional, a alta dos juros e a insegurança geral que se apossou dos mercados. Para a economia brasileira voltar a crescer dentro dos padrões históricos. Imperiosamente nós tínhamos que sair desse estrangulamento externo. E isto só poderia ser feito com a substituição daquele petróleo que era importado. Ninguém conseguia mais importar as mesmas quantidades aos preços maiores sem gerar um estrangulamento de seu setor externo. Para a economia brasileira poder voltar aos padrões históricos de crescimento econômico, estamos, antes, empenhados num enorme programa de substituição do petróleo. Isto é importante. Em 1979 nós produzíamos, — em barris equivalentes de petróleo/dia — 980 mil barris; em 1983 vamos expandir para uma média de 1 milhão 400 mil. Em 1985 já estaremos por volta de 1 milhão 900 mil, representando isto, em cinco anos, a duplicação da produção de petróleo e substitutivos de petróleo, inclusive energia elétrica. Isto permitirá que a economia brasileira saia desse estrangulamento que nos foi imposto a partir da crise do petróleo.

Um outro fato importante é a mudança de preços relativos na economia a favor da agricultura. Como nós temos uma certa vantagem comparativa em relação a produtos agrícolas, isto deverá resolver parte do problema do déficit da balança de transações correntes. Houve uma mudança de preços relativos em favor da agricultura, muito grande, devido, primeiro, à utilização de uma taxa de câmbio realista. Não só isto, mas com o aumento dos preços internacionais dos produtos que nem soja e milho, deixamos que esse preço entrasse na nossa economia,

quando, no passado, sempre por problema de controlar a inflação etc., não se deixava esse preço entrar e ainda se subsidiava o consumo. O preço do produto da agricultura foi beneficiado, ele subiu muito mais do que o preço do produto industrial.

Para que os preços caiam precisamos ter uma safra boa. Antes, mesmo, a expectativa de uma boa safra já pressionava alguns estoques. O milho, que no mês passado chegou a 11 mil cruzeiros, já está sendo transacionado na bolsa de mercadorias a 7 mil cruzeiros. Com a safra agrícola os preços tendem a cair.

E ainda tem mais o seguinte: no ano que vem, com uma safra boa, cresce a renda agrícola e essa renda agrícola vai gerar demanda para o setor industrial. Isto vai ter efeito nas indústrias de bens de consumo duráveis, bens de consumo não-duráveis, que hoje estão em depressão. Então, a economia terá um impacto positivo, que pode ser visualizado para começar a acontecer a partir de abril/maio do ano que vem.

Agora, para se ter uma idéia do que poderá ser a Inflação de 84, vamos dar uma olhada nas causas da Inflação de 83. A primeira causa foi, sem dúvida, a robustez do ajustamento externo, quer dizer, o impacto trazido sobre a inflação pela contenção dramática de importações, pela maxidesvalorização e o alinhamento dos preços dos bens exportáveis aos preços crescentes do mercado internacional. Vamos ver como são esses fatores para 84.

O principal fator de pressão de demanda, que é o déficit público, vai continuar uma redução drástica, quer dizer, ele passa de mais de 6% do PIB, em 82, para 2% em 83, para alguma coisa positiva, superavitária em 84. Por outro lado, vai ser executado uma política monetária consistente por uma queda dramática da inflação. A expansão de meios de pagamento no patamar de 50%, depois de um período de aperto de liquidez em 83. Adicione a isso, o fato de que não há nenhuma mudança de preço relativo a ser feita no ano que vem, mas simplesmente um movimento contínuo, progressivo na eliminação do subsídio do trigo. Esse é o quadro em que se vai observar uma trajetória de queda de inflação.

Quanto ao crescimento, poderemos contar, ainda, com mais duas coisas: primeiro, a restrição de importações vai ser menor do que foi no ano de 83, porque, como o petróleo doméstico está aumentando de produção, a importação do setor governamental vai diminuir em relação a este ano, e o setor privado vai poder importar 2 bilhões a mais. Segundo, estamos contando, para 84, com uma exportação maior e principalmente de produtos agrícolas, aí não só com uma safra maior em relação a 83, mas também com preços que quase são o dobro do preço do ano passado. Isto é, enquanto, no ano passado, estávamos exportando a soja a 5 dólares, hoje, a soja está a 9 dólares e 15 centavos, quase o dobro do preço.

draconianos do que se suspeitava. Uma voz que se batia pela decretação da moratória, o respeitado economista Celso Furtado, repeliu moderadamente os termos do acordo com o FMI, advertindo que as medidas de política econômica preconizadas manterão o país na recessão por mais alguns anos. Críticos habituais da forma como está sendo conduzida a política econômica — tais como o ex-ministro Mário Henrique Simonsen e o ex-prefeito paulista Olavo Setúbal — reconheceram a necessidade do acordo com o FMI e a oportunidade das medidas preconizadas para reduzir a inflação e os gastos excessivos do governo.

Delfim Netto, artífice principal do acordo, contesta veementemente que ele imponha a perpetuidade da recessão econômica. "Pelo contrário" — diz ele — "o aperto nas despesas governamentais, a eliminação do déficit público e a restrição às importações estatais vão abrir um espaço que faltava à atividade privada. Há capital e trabalho ociosos que devem preencher esse espaço. E as importações privadas logo ficarão livres do aperto cambial e poderão crescer 15% em 1984, o que, somado à ampliação das exportações, vai gerar mais demanda interna e mais oferta de empregos."

Feitas as pazes com o Fundo Monetário,

escasseava e também se desatava o nó em que se haviam embaralhado as discussões com o FMI.

Na segunda quinzena de novembro, após dezenas de reuniões de trabalho com Ernane Galvêas e Celso Pastore na sede do Citibank em Nova Iorque, William "Bill" Rhodes, presidente do Comitê Assessor do Banco Credores, encontra-se com Delfim Netto e pôde anunciar que uma nova massa de recursos da ordem de 6 bilhões e meio de dólares será reinjetada no circuito da dívida brasileira em 1984. Apenas umas poucas horas antes desse encontro, dia 18 de novembro, o Comitê Assessor completava a recepção de mensagens de cerca de 800 bancos espalhados por todo o mundo, confirmando sua participação — acima da "massa crítica" de 6 bilhões de dólares — no "empréstimo-jumbo" ao Brasil, dentro de particulares condições de juros e prazos: nove anos para pagar, com cinco anos de carência.

No início desta mesma semana, em Washington, Delfim Netto recebera igualmente a confirmação das autoridades econômicas norte-americanas quanto à outra parcela dos recursos necessários à montagem de um novo perfil de pagamentos da dívida exter-

definitivo à hipótese da moratória: unilateral ou multilateral...

A negociação com os países membros do Clube

Por último, fechou esta semana a negociação global entre o governo brasileiro, representado pelo Ministro Ernane Galvêas, e os representantes dos Bancos Centrais de 16 países credores, membros do Clube de Paris.

De acordo com o comunicado final divulgado em Paris após dois dias de intensas negociações, ficou acertado que o Brasil terá 9 anos para pagar, com cinco anos e meio de carência, 85% do débito total de 3 bilhões 800 milhões de dólares contraídos através de diversas operações de crédito ao longo dos últimos anos, das quais foram beneficiárias entidades governamentais e empresas públicas e privadas brasileiras.

Outros 380 milhões de dólares, correspondendo a 10% do débito total, serão amortizados em quatro anos, com um ano de carência. Os 5% restantes (190 milhões de dólares) serão pagos à vista, nos respectivos prazos de vencimento dos contratos.

O comunicado final do Clube de Paris destaca ainda que "os governos dos dezesseis países credores representados foram